

Democracia na Unicamp

## ELEIÇÕES REITOR

C  
a  
n  
d  
i  
d  
a  
t  
o  
s

- 01 CARLOS ALFREDO ARGUELLO (IFGW)
- 02 MORENCY AROUCA (FEL)
- 03 YARO BURIAN JR. (IA e FEC)
- 04 MAURÍCIO PRATES DE CAMPOS FILHO (FEC)
- 05 EDUARDO OSCAR DE CAMPOS CHAVES (FE)
- 06 CARLOS FRANCHI (IEL)
- 07 PAULO FREIRE (FE)
- 08 ATTÍLIO JOSE GIAROLA (FEC)
- 09 ROGÉRIO CESAR DE CERQUEIRA LÉITE (IFGW)
- 10 JORGE MIGLIOLI (IFCH)
- 11 ROBERTO HERMIÑO MORETTI (FEAA)
- 12 ANTONIO CARLOS NEDER (FOP)
- 13 JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI (FCM)
- 14 ANTONIO MUNIZ REZENDE (FE)
- 15 JOSÉ ELLIS RIPPER FILHO (IFGW)
- 16 HÉLIO DRAGO ROMANO (FEC)
- 17 HERMANO DE MEDEIROS FERREIRA TAVARES (FEC)

Pela primeira vez, a Unicamp escolherá em eleições diretas, o reitor da universidade. A comunidade conquistou o direito de participar do processo de escolha da lista sêxtupla, até então fechado ao Conselho Diretor. Seu voto é importante. A cédula de votação terá seis linhas em branco para serem preenchidas com os nomes da sua escolha. Neste número do Jornal da Adunicamp, publicamos uma orientação completa sobre o sistema de votação e contagem de votos, além de carta-programas de vários candidatos. Os dias de votação são: 20, 21 e 22.

Deposite seu voto na urna

# MUDANÇAS

A pouco meses da indicação da lista sêxtupla para Reitor da Unicamp, o Conselho Diretor é surpreendido com a substituição dos seis membros nomeados pelo governo do Estado.

Em substituição aos membros exonerados, o governo do Estado nomeou o atual Secretário de Educação de São Paulo, Luiz Ferreira Martins, Armando Otávio Ramos, reitor da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Erwin Theodor Resenthal, Diretor da Faculdade de Ciências Humanas da USP, Eurípedes Malavolta, membro do Conselho Estadual de Educação, Maria de Lurdes Maroto Haldar, diretora da Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas da Secretaria de Educação de São Paulo e membro do Conselho Estadual de Educação e Moacir Expedito Marret Vaz Guimarães, presidente do Conselho Estadual de Educação e assessor da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

De acordo com noticiário divulgado na Folha de São Paulo de 15/10/81, o atual Secretário Estadual de Educação, Luiz Ferreira Martins e novo membro do Conselho Diretor da Unicamp, é contra a realização de eleições diretas na universidade. "Na minha opinião disse a Universidade não deve ter seu reitor escolhido por um processo desse tipo. Esse é um cargo que envolve responsabilidade e a instituição necessita de uma certa estrutura. Esta matéria, de qualquer forma, está perfeitamente disciplinada e é preciso manter o respeito aos diplomas legais. O estatuto e o regimento podem não estar institucionalizados, não sei, mas o princípio de elaboração da lista sêxtupla pelo Conselho está lá e é válido".

## QUEM TEM MEDO DAS ELEIÇÕES?

Não há dúvidas de que foi tentado um golpe contra as eleições para a nova coordenadoria do Diretório Central dos Estudantes (DCE - UNICAMP) e da representação discente no Conselho Diretor, que passa de 2 para 7 alunos. Por que isso? Esses alunos, a serem empossados ainda este ano, participarão da elaboração da lista sêxtupla de onde sairá o próximo Reitor. E este é um processo decisivo para a UNICAMP sair da estagnação a que se vê forçada, externamente, pelas represálias orçamentárias de um governador demagogo e oportunista; internamente, por todos aqueles que permanecem agarrados a uma rocha que já se desprende da solidez da montanha e rola, celementemente para as profundezas da mediocridade (é claro que muito bem remunerados para isto).

É hora do basta. Não estamos brincando, ao falar de democratização. Essa é uma condição necessária (não suficiente) para desatolarmos. É preciso expor a mediocridade, para melhor podermos eliminá-la. É preciso desencrustá-la dos cargos de poder e substituí-la por legítimos e reconhecidos representantes da comunidade universitária. Chega de agentes do governo como autoridades superiores. O episódio funcionários-DCE foi mais um. Preparemo-nos para outro por ocasião da lista sêxtupla. E outros, enquanto o atual poder se mantiver.

Por outro lado, temos assistido aos debates, identificando as pessoas, as palavras e os atos. Esse veredito será dado nas urnas. Devemos, portanto, contrastar a fibra dos reitoráveis, que consolidaram um processo que queremos irreversível, com a atitude daqueles que estão jogando nos acertos de bastidores e alianças espúrias. No 1o. caso, vemos os que apostam numa nova Universidade, na democratização como etapa inicial desse novo projeto ainda embrionário. O 2o. caso é o da manutenção da mediocridade, do autoritarismo e da estagnação cultural e científica.

A ADUNICAMP tem seu processo sucessório quase que paralelo às eleições para confecção da lista sêxtupla. O DCE também.

Cabe a voce responder:

Quem tem medo das eleições?



### EXPEDIENTE:

Diretor Responsável: Paulo Renato Costa Souza. Editor: Graça Caldas. MT. 12918 (RJ)  
 Conselho Editorial: Ana Maria Canesqui; Angel Pino Sirgado; Edmundo Fernandes Dias, Eliezer Rizzo de Oliveira; José Benedito Schneider; José Tomaz Vieira Pereira e Paulo Renato Costa Souza.  
 Composição e Impressão: Departamento de Imprensa Oficial Diário do Município. Av. Anchieta, 200 Campinas, SP.

# NOVO ESTILO DE REITORIA

Eduardo O. C. Chaves

Este artigo não é um programa de governo para a próxima Reitoria, no sentido estrito do termo "programa". É muito mais um resumo de algumas das idéias que comecei a desenvolver nos debates. Um programa, no sentido mais específico, só deve surgir (acredito) a partir das reivindicações da comunidade universitária.

Falar sobre este tema é falar sobre as relações que existem e as que devem existir entre a Universidade e a sociedade brasileira, na qual esta Universidade está inserida.

No regime político e econômico que se instaurou no país a partir de 1964 tem se procurado atrelar a Universidade a um projeto de desenvolvimento econômico capitalista para que isto acontecesse, a Universidade teve que pagar alto preço: o de se desenvolver de projetos de desenvolvimento político, social e cultural (para se mencionar os mais importantes apenas) que implicassem projetos de desenvolvimento econômico alternativos.

O projeto que o governo ditado revolucionário tinha para a Universidade levou-a a identificar-se, não com a sociedade como um todo ou (muito menos) com as camadas menos favorecidas desta sociedade, mas apenas com aqueles segmentos ligados ao próprio governo e ao empresariado.

No momento, porém, em que a Universidade começa a democratizar-se, a afirmar sua autonomia e sua função crítica, em relação ao projeto do governo, começa a perder seus aliados "tradicionais": o próprio governo e o empresariado, que hoje não mais parecem dispostos a vir em socorro de uma Universidade em crise, por falta de recursos, por ter vivido tanto tempo a reboque do governo e do empresariado, por

ter des - aprendido sua autonomia e sua função crítica.

Cunhado, a Universidade ainda não se abriu e democratizou o suficiente para chegar ao ponto de buscar diálogo com as outras camadas da sociedade. Daí o desamparo em que se encontra, pois não recebe solidariedade destes outros segmentos da população quando tenta ir a eles para buscar seu apoio na solução de seus (dela) problemas. Se a Universidade não se lembrou destes segmentos da população quando estava sem crise financeira, etc., por que deverão eles ajudá-la, agora, quando ela precisa de seu apoio político para lutar contra o governo, por mais verbas e melhores salários, por exemplo?

É necessário que a Universidade reflita sobre esta situação e tome suas decisões, faça suas opções. Mas se a Universidade espera obter o apoio e a solidariedade da sociedade, mormente de seus segmentos menos privilegiados e mais necessitados, é necessário que suas decisões e opções enfoquem todos os segmentos desta sociedade. É hora, pois, de se repensar a chamada terceira função da Universidade a extensão à comunidade - para que esta deixe de ser simplesmente atendimento às necessidades sentidas pelo governo e pelas empresas para se tornar serviço relevante a todos as camadas da sociedade principalmente às mais carentes.

## II. UNICAMP: SANEAMENTO ADMINISTRATIVO E DESBUROCRATIZAÇÃO

Tantas são as mazelas administrativas na UNICAMP que nenhuma pessoa, por mais bem intencionada que seja, terá condições de ter uma boa gestão na Reitoria se não der prioridade a uma reformulação da Administração da Universidade: o que envolve, no meu entender, uma mudança na estrutura administrativa da UNICAMP (no sentido de desconcentração e descentralização do poder, de desburocratização e simplificação de trâmites administrativos, de pleno acesso às instâncias decisórias e às informações pelos interessados, etc.), **mas também** a substituição das principais pessoas que hoje ocupam cargos-chave na administração. Isto porque, se uma mudança apenas de pessoas não basta (porque a estrutura hoje existente é viciada), também só a alteração da estrutura (sem a mudança das pessoas) não bastará, porque por melhor que sejam as estruturas elas podem ser viciadas por pessoas mal-intencionadas.

Isto significa que a administração, na Universidade, deve ser colocada, com todo o respeito, em seu devido lugar: o de atividade-meio. (Isto não quer dizer que funcionários não devam participar de todas as decisões na Universidade, vide abaixo). A

função da atividade-meio é a de viabilizar e facilitar soluções (e não o contrário, como acontece hoje) para que a Universidade possa se desincumbir de seus fins reais (ensino, pesquisas, extensão de serviços à comunidade, formação de profissionais, exercício da atividade crítica, para mencionar alguns). Colocar a administração como atividade-meio não é desvalorizá-la: é atribuir-lhe o grande valor que tem, quando corretamente dimensionada.

### III. DEMOCRATIZAÇÃO DAS ESTRUTURAS INTERNAS DA UNICAMP

Se a administração é atividade-meio, cuja função é viabilizar e facilitar soluções para que as decisões tomadas sejam rápidas e eficientemente implementadas, a quem cabe tomar as decisões? É esta questão que procurarei discutir aqui.

Por democratização das estruturas internas da UNICAMP entendo basicamente duas coisas: **descentralização** dos níveis de tomada de decisão e maior **participação** de todos os interessados em todas as esferas decisórias - diretamente, se viável, ou por representantes, se a primeira hipótese realmente não for viável.

A descentralização dos níveis de tomada de decisão é imperativa, não só no que diz respeito aos aspectos propriamente "acadêmicos" da vida universitária mas em todos os outros aspectos. A Universidade precisa se democratizar em todas as esferas, e não apenas a nível da Reitoria e do Conselho Diretor - e um dos aspectos desta democratização é a descentralização dos níveis de decisão, para que as decisões venham a ser tomadas tão próximo das bases quanto for possível.

O outro lado da questão é a maior participação de todos os interessados nas esferas decisórias. Ilustremos.

A nível de **Departamento**, a menos que o Departamento seja excessivamente grande, as decisões devem ser tomadas em assembléias departamentais, e não através do chamado "Conselho de Departamento" (que a meu ver deveria cessar de existir, exceto no caso de Departamentos muito grandes; nestes casos um Conselho poderia ser criado, desde que fosse amplo e representativo e que suas decisões viessem a ser apreciadas pela assembléia departamental). Das assembléias devem participar todos os professores, os funcionários e os alunos (estes últimos, talvez, através de representação). Desnecessário é afirmar que o Chefe de Departamento deve ser eleito por estas assembléias (e não por Conselhos, nem mesmo nos Departamentos grandes), com mandato definido de dois anos.

A nível de Unidade (**Faculdade ou Instituto**) as grandes decisões devem ser tomadas em assembléias - de todos os interessados, como na Faculdade de Educação e no Instituto de Estudos da Linguagem, ou de participação paritária e representativa de professores, funcionários e alunos, como na Faculdade de Engenharia; bem maior do que as outras duas unidades mencionadas. A escolha de Diretor deve ser feita a partir de manifestação de toda a comunidade. Coordenadores de Curso devem ser eleitos por voto direto e paritário pelo menos dos professores e alunos do curso, e devem ser vistos como executivos das decisões de uma Comissão Coordenadora, eleita na mesma forma.

A nível da **Universidade**, é necessário tomar providências para que os órgãos colegiados sejam representativos, aumentando-se o número de pessoas que deles participam e garantindo que todos os segmentos da comunidade universitária estejam neles representados (tenho em mente

aqui órgãos como a CCPG, a Câmara Curricular, e o próprio Conselho Diretor). A nível do Conselho Diretor, principalmente, há que se começar a lutar para que se eliminem os representantes diretos do Governo do Estado em favor de lúdimos representantes dos segmentos interessados da comunidade, escolhidos por seus representados - e por comunidade não tenho em mente a Federação das Indústrias, do Comércio nem muito menos o Rotary e o Lions ....

Seria excelente se o Reitor submetesse os nomes de seus assessores diretos ao Conselho Diretor, que não referendaria estes nomes se não tivessem apoio na comunidade universitária. E estes assessores, no meu entender, não devem ter voto no Conselho. Se o Reitor pretende que o Conselho aprove alguma medida, deve ser capaz de convencer o Conselho através de argumentos, e não simplesmente do Governo.

Além destas medidas sugeridas - e é necessário enfatizar que elas são sugeridas e não impostas, e que não há vantagem nenhuma em se eliminar possibilidades alternativas e diversificação de modelos, desde que preservem os princípios norteadores da democratização da Universidade - há que se fortalecer a participação das **entidades representativas** de docentes, funcionários e alunos nas esferas de decisão, pois há inúmeras questões que são de interesse de todos os membros de uma determinada categoria e cuja reivindicação poderá ser feita de maneira mais eficiente através dos órgãos representativos.

### IV. ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS E REGIMENTO

Algumas das medidas sugeridas acima poderão não ser de imediato implementadas, pois requerem sejam alterados os Estatutos e o Regimento Geral da Universidade. Na verdade, estes

instrumentos legais precisam de uma total reforma - o que não elimina, de modo algum a possibilidade de que sejam "esticados" até onde der para que mesmo antes de sua alteração, as medidas de democratização sugeridas já possam ser implementadas (e algumas delas já vêm sendo, em algumas unidades).

Os Estatutos foram redigidos e baixados apenas alguns meses após o AI-5 e trazem consigo o espírito centralizador e concentrador de poder, o espírito elitista, autoritário e repressor da época. É necessário refazê-los (bem como ao Regimento Geral, que deles depende) por inteiro, de modo a que reflitam os anseios da comunidade universitária - que deve participar de sua reforma.

A direção em que esta reforma deve caminhar não é a de baixar regras - algo muito a gosto dos espíritos legalistas e cartoriais. Os Estatutos devem ser algo semelhante a uma Carta Magna, em que se garantam os direitos individuais, departamentais, dos órgãos colegiados, das entidades de classe, de modo que o poder não venha ser exercido de maneira centralizada, arbitrária, discricionária. Os Estatutos devem ser suficientemente abertos e flexíveis de modo a permitir a diversificação, a experimentação, a criatividade.

## V. CARREIRA DOCENTE E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Institucionalizar, no contexto em que o termo vem sendo utilizado na UNICAMP, significa cumprir todos os itens dos Estatutos e Regimento Geral, passando-se das Disposições Transitórias para as Disposições Permanentes. Sou contra a institucionalização, nos moldes dos atuais Estatutos e Regimento Geral, porque entendo que esta institucionalização seria um desastre para o projeto de democratização da UNICAMP,

pois significaria o aborto de todas as experiências democráticas que vêm sendo tentadas na Universidade, bem como a impossibilidade de concretização de muitas das sugestões que fiz acima. Como exemplo cito: institucionalizar significaria implantar Congregações dominadas por Professores Titulares, significaria a impossibilidade de acesso a Chefias de Departamentos de professores que não fossem, no mínimo, Professores Adjuntos (MS-5), significaria impossibilitar que Coordenadores de Curso e Diretores Associados tivessem nível inferior a Professor Livre-Docente (MS-4), significaria a impossibilidade de escolher um Diretor que não fosse Professor Titular, etc. Os nossos atuais Estatutos e Regimento Geral não contemplam a figura de assembleias (departamentais, de unidade universitárias) deliberativas, nem a participação de funcionários em instâncias de decisão, excluem os professores MS-1 da carreira docente, são exatamente arcaicos em questão de disciplina, tendo incorporado inclusive o Decreto 477. E assim por diante. Para resumir, os atuais Estatutos e Regimento Geral são uma roupa que não serve mais (se é que já serviu) à UNICAMP, e institucionalizar a Universidade significa cortar-lhe alguns pedaços - exatamente os mais democráticos e progressistas - para que ela se ajuste à roupa.

Menção especial precisa ser feita ao problema da carreira docente. Sou, pessoalmente, favorável a uma carreira docente regida pela CLT, à qual se ingressa mediante concurso interno nas Unidades. O contrato dos professores assim admitidos incorporaria as vantagens inerentes à CLT e, sendo contrato coletivo de trabalho, também as vantagens que agora temos (como, por exemplo, os quinquênios, etc.).

Não seria contra a existência de uma carreira docente

paralela, nos moldes previstos pelos Estatutos e Regimento Geral, se, e somente se, algumas condições prévias fossem cumpridas.

a - que antes os Estatutos e Regimento Geral fossem alterados não só para contemplar a carreira docente regida pela CLT mas também para contemplar todas aquelas outras alterações que venham a ser de interesse da comunidade universitária;

b - que destas alterações conste uma dando iguais direitos a professores contratados pela CLT e a professores estatutários de participação na vida universitária, sem privilégios para uma ou outra categoria.

Para resumir, a institucionalização da UNICAMP (inclusive no que diz respeito à carreira docente) só pode se dar quando a UNICAMP tiver Estatutos e Regimento Geral democráticos. Antes é suicídio institucional (entendendo-se, aqui, por "instituição", a entidade viva, que existe e que quer se aprimorar). Só são favoráveis à institucionalização imediato, nos moldes dos atuais Estatutos e Regimento Geral, aqueles que querem abortar a experiência democrática que estamos começando a viver.

## VI. ENSINO E VIVÊNCIA NA UNICAMP

Tantos nesta área são os problemas que afligem a UNICAMP que é difícil até enumerá-los em pouco espaço.

No que diz respeito ao ensino, é preciso se fazer um esforço para evitar as classes muito grandes no Básico de Ciências Exatas, incentivar maior interação professor/aluno, dentro e fora da sala de aula, incentivar a participação de professores experientes e dedicados à docência nas disciplinas iniciais dos vários cursos, estimular a inclusão da docência nos mecanismos de avaliação de professores, facilitar contactos extra-classe de professores e alunos,

pocurar integrar o ciclo básico com o profissional, explorando possibilidades alternativas de estruturação curricular, racionalizar as cargas horárias e o horário de aulas, de modo a criar espaços para contactos extra-classe entre professores e alunos, para reuniões e assembléias e para lazer e descanso. É necessário também priorizar, na área de Obras e Construções, a construção de salas de aula adequadas, Biblioteca Central, locais de estudo, locais de reunião e assembléias, locais para esporte e lazer.

No que toca a questão de "vivência", é preciso enfatizar que o binômio ensino/aprendizagem não se dá apenas dentro da sala de aula, e que condições adequadas de trabalho e lazer (incluindo-se horário e espaço físico) são imperativos da própria qualidade do ensino e do trabalho que se realiza dentro da Universidade.

Quanto aos projetos específicos a se desenvolver nestas áreas - ensino e vivência - o que é preciso é que a comunidade universitária submeta suas idéias. Com uma Reitoria sensível a estas questões, as idéias apresentadas serão discutidas amplamente e, se de aceitação geral, implementadas.

#### VII. O ESTILO DA NOVA REITORIA

A UNICAMP estará precisando de um novo Reitor, em poucos meses. Mas está precisando, já, como bem disse alguém nos debates, de um Reitor novo - novo em idéias, em maneira de administrar, em sensibilidade para com a comunidade universitária e para que com a comunidade lá fora. Enfim, sente-se a necessidade de uma Reitoria com um novo estilo.

A comunidade da UNICAMP precisa de uma Reitoria sintonizada e afinada com esta comunidade - uma Reitoria que não se

isola por detrás de portas trancadas, tomando suas decisões como se fosse o Estado Maior das Forças Armadas, uma Reitoria que trabalha de portas abertas, que não sente receio de alunos, funcionários e professores, mas que com eles discute os problemas, e as soluções, que aparecerem, uma Reitoria que dá pleno acesso a dados e informações e que toma a si a tarefa de divulgá-los, uma Reitoria interessada em manter abertos todos os canais de comunicação com a comunidade, uma Reitoria cujos

componentes se sintam à vontade para andar pelo campus, conhecendo seus problemas de perto, dialogando com os membros da comunidade, uma Reitoria que saia de sua torre da marfim e desça de seu pedestal para se colocar a serviço da comunidade.

Se vamos ou não ter este tipo de Reitoria depende, em grande medida, da comunidade universitária. A ela cabe fazer com que sua voz de manifeste de modo inequívoco - e regimentar-se para que sua voz, uma vez manifestada, seja ouvida.

Eduardo Chaves: Diretor da Faculdade de Educação. Presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio da Universidade.

---



---

## CARTA ABERTA A COMUNIDADE

Atílio José Giarola

*Tenho a honra de me dirigir a toda a comunidade da UNICAMP para apresentar um breve relato sobre as circunstâncias que levaram a ter o meu nome incluído na lista de reitoráveis, e também os motivos de minha não participação às reuniões que foram programadas.*

*Logo após a minha volta ao Brasil, particularmente à UNICAMP, em 1975, depois de dedicar 16 anos ao ensino e pesquisa nos Estados Unidos da América do Norte, recebi, do saudoso Reitor Zeferino Vaz, o honroso conite para assumir a Coordenação dos Cursos de Pós - Graduação da UNICAMP. Embora já existisse um Regimento Geral dos Cursos de Pós - Graduação, esse regimento não era facilmente compreendido e muitos o desconheciam, de modo que se sentia a urgente necessidade de se organizar a pós - graduação na UNICAMP. Paralelamente, a maioria das unidades da Universidade não possuíam ainda os*

*seus cargos de pós - graduação. Senti logo a necessidade de estabelecer uma certa ordem. Primeiramente, reconhecendo que o órgão de registro da graduação deveria ser também o órgão de registro da pós - graduação e, a seguir, estabelecendo normas, disciplinando a pós - graduação.*

*A elaboração do Catálogo dos Cursos de Pós - Graduação, na época um trabalho extremamente difícil, permitiu informar melhor, não só a comunidade local, mas também o resto do país, o que facilitou a vinda de Professores de quase todas as Universidades Brasileiras para fazerem o Mestrado e o Doutorado na UNICAMP. O sucesso foi tão grande que outras Universidades passaram a publicar o próprio catálogo, à semelhança da UNICAMP. Atualmente, além de ampla distribuição em todo o país, o catálogo é também enviado a outros países, permitindo que a*

UNICAMP seja conhecida internacionalmente. A elaboração do Caderno de Regimento, Normas e Resoluções Relativas à Pós - Graduação na UNICAMP facilitou a divulgação à comunidade acadêmica sobre as regras relativas à pós - graduação. De 1975 até a data atual as unidades foram implantando os seus cursos de pós - graduação e, atualmente, quase todos os Cursos de Pós - Graduação na UNICAMP estão implantados.

Em 1976, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) desenvolveu o seu programa de bolsas de demanda social e programa institucional de capacitação de docentes, fortalecendo as Pró-Reitorias ou Coordenadorias de Pós - Graduação para permitir a centralização do pagamento das bolsas e do repasse de auxílios à Pós-Graduação. Para agilizar o pagamento das bolsas, foi montada uma sistemática na CCPC segundo a qual o próprio Coordenador dos Cursos de Pós - Graduação efetua o pagamento das bolsas. Existem atualmente cerca de 300 bolsas da CAPES, cujos pagamento estão sendo efetuados pela CCPC e mais de 30 convênios de auxílios aos Cursos de Pós - Graduação da UNICAMP que estão sendo executados pela CCPC.

Em 1978, a UNICAMP foi surpreendida com um decreto estadual que atribuía gratificação de mérito aos títulos de Mestres, Doutor, Livre Docente, Professor Adjunto e Professor Titular. A CCPC ofereceu seus préstimos para agilizar o exame de equivalência de títulos de todos os Professores da UNICAMP. Ela foi diretamente envolvida e incluída na Portaria que regulamentou o assunto. Em pouco tempo examinou a maioria dos títulos e os encaminhou ao Conselho Diretor, para aprovação final. Esse trabalho foi grandioso pois, num curto período de tempo foram

aprovadas as equivalências de mais de 400 títulos. A CCPC continua examinando a equivalência de títulos, mas agora, em um processo normal.

O número de teses defendidas na UNICAMP tem crescido rapidamente e já ultrapassa a marca de 250 teses anuais. A CCPC sentiu a necessidade de divulgar informações sobre as teses já defendidas e publicou, em 1980, o seu primeiro catálogo de teses. Esse catálogo foi amplamente divulgado no país e no exterior. O sucesso alcançado justificou a programação da elaboração anual do catálogo de teses pela CCPC.

Para o credenciamento dos Cursos de Pós - Graduação junto ao Conselho Federal de Educação (CFE), sentiu a CCPC a necessidade de que fosse montada uma seção de orientação e coordenação da montagem e acompanhamento desses processos. Graças a esse esforço, a maioria dos cursos de pós - graduação da UNICAMP ou estão credenciados ou aguardam pronunciamento sobre o credenciamento pelo CFE.

Muitas informações de agências financiadoras chegam à UNICAMP e a CCPC acabou sendo, naturalmente, o órgão que centraliza essa informação, divulgando-a amplamente junto às unidades, muitas vezes prestando serviços no sentido de melhor esclarecer sobre o material existente. Muitos Professores já procuraram a CCPC para se esclarecerem com respeito a bolsas de estudos do exterior e a respeito de certos programas de auxílios de agências financiadoras à UNICAMP.

Em 1980 recebi o honroso convite para a função de Coordenador Geral da Faculdades. Aceitei-o pois entendi que, embora as atividades dessa Coordenadoria devessem limitar-se a um mínimo possível, tendo em vista as dificuldades por que passava

a Universidade, seria uma forma de trazer uma certa tranquilidade à UNICAMP.

Embora fortemente absorvido por toda essa atividade administrativa, tenho continuado a lecionar disciplinas em minha unidade e a realizar e orientar pesquisa que me tem gratificado com excelentes publicações em revistas e conferências, do mais alto conceito internacional.

Caros amigos e colegas, sinto um profundo orgulho de ser Professor desta respeitável Universidade e tudo tenho feito para o fortalecimento, desenvolvimento, reconhecimento, elevação, respeito e, acima de tudo, para se atingir a excelência do ensino e pesquisa nesta Universidade. Continuo igualmente empenhado em tudo fazer para a boa causa desta Universidade.

Foi com esta boa intenção que dirigi, há algum tempo atrás, uma carta às três entidades: ADUNICAMP, DCE e AS-SUC, declarando que, embora não estivesse empenhado em realizar campanha para a minha possível inclusão na lista sextupla, eu não resignaria se meu nome fosse incluído nessa lista.

Ocorreu a minha viagem à Europa, que me impediu de participar das duas primeiras assembleias. Para a terceira assembleia fui surpreendido com problemas administrativos que me impediram de comparecer. Observei, a seguir, que a imprensa local divulgou amplamente a posição de todos os candidatos. Estranhamente não fui nem sequer consultado para prestar declarações.

Caros amigos e colegas, a minha ausência e silêncio devem ter causado em vocês uma certa apreensão, senão indignação. Creiam-me, esta minha ausência foi circunstancial e não intencional. Eu tenho por todos vocês o mais alto respeito e, em absoluto, tive qualquer pretensão, em qualquer momento, de desconsiderar ou desrespeitar a união de vocês.

Espero poder ter deixado claro que os meus mais altos interesses consistem em se ter na UNICAMP o local ideal de trabalho onde se atinjam, em sua plenitude, a excelência no ensino e na pesquisa e profundo apoio à comunidade e que ela possa servir de exemplo, talvez não só ao nosso país, mas também ao resto do mundo.

Eis porque, caros amigos e colegas, ofereço os meus préstimos com o único e exclusivo objetivo de dedicar-me inteiramente à

proposição de trabalharmos para que a UNICAMP continue merecendo o respeito que tem recebido até hoje.

Attílio José Giarola: Engenheiro Eletrônico formado pela Escola Politécnica de Usp. Prof. da Faculdade de Engenharia da Unicamp. Atual Coordenador das Faculdades da Unicamp, acumulando também o cargo de Coordenador central dos cursos de Pós-graduação. Ex-professor do ITA. Membro do Conselho Diretor.

## Algumas Diretrizes

YARO BURIAM

Em lugar de um programa, prefiro expor algumas diretrizes. Qualquer idéia minha, por exemplo as expostas nos debates, estará sempre sujeito a discussões. E espero, se escolhido reitor, contar para isto com a colaboração de toda nossa comunidade.

A democracia pode parecer ineficiente. Num formigueiro não se "perde" tempo em assembléias. As formigas simplesmente trabalham. Mas apesar desta aparência, uma organização autocrática envolvendo seres humanos utiliza muito mal justamente o maior recurso dos seres humanos: sua inteligência.

Tive ocasião, no primeiro debate, de citar este recurso como argumento em favor do ensino gratuito e da abertura de cursos noturnos. Trata-se, então, de permitir o desenvolvimento do recurso. Mas a Universidade deve também utilizá-lo, abrindo todos seus níveis de decisão de forma mais ampla possível.

Esta abertura encontra atualmente obstáculos de diversas ordens. Os nossos estatuto e regimento, redigidos em época particularmente autoritária, conseguem ser ainda piores que as leis que os balizavam e precisam ser reformulados. A arquitetura da Universidade, além de feia, nem sequer prevê lugares para reuniões. Como consequência de uma interpretação estreita do que seja regime de créditos, os horários escolares não deixam tempo livre comum para qualquer atividade um pouco mais ampla, mesmo dentro de uma Unidade.

Caberá ao reitor uma parcela importante no trabalho de remoção destes obstáculos. É necessário, prioritariamente, fornecer as condições materiais - tempo e espaço - que a comunidade exige. E, mesmo antes de nascido o consenso sobre o estatuto e regimento adequados, é possível usar as poucas saídas que os textos atuais permitem. Por e-

xemplo, lembramos que, a nível de Departamento, quase todas as decisões importantes cabem "ao Departamento" e não ao chefe ou ao conselho. E, mesmo mantido o formalismo estatutário das listas para eleição de diretores, nada impede a escolha pelo reitor do mais votado em uma consulta ampla.

A comunidade deverá procurar estas saídas, exigí-las e torná-las realidades. Caberá a esta comunidade modelar a Universidade que queremos. E um reitor respaldado pela comunidade terá a força para exigir do governo o tratamento que a Universidade merece.

Yaro Burian Jr. Engenheiro eletrônico. Professor do Departamento de Engenharia Elétrica e atual Diretor do Instituto de Artes. Membro suplente da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Diretor.

## CONSTITUINTE

ROGÉRIO CERQUEIRA LEITE

### PROGRAMA

Meu programa é muito simples. "Decretar uma constituinte" que, com a aprovação do Conselho Diretor, deverá ter 3 meses para mudar os Estatutos. Será assim estabelecida a constituição dos colegiados e da estrutura administrativa da Universidade. Minha proposta é de que a aprovação dos Estatutos seja feita por uma assembléia paritária.

Rogério Cesar Cerqueira Leite: Engenheiro eletrônico formado pelo ITA. Professor do Instituto de Física. Ex-Secretário de Cultura do município de Campinas. Foi o nome mais votado da lista sêxtupla para reitor, na última escolha da Unicamp.



# Reitoria Democrática

Mauricio Prates de Campos Filho (FEC)

O presente texto não é um Programa completo e cabal, pois tentar fazê-lo seria negar a dinâmica da vida institucional da Universidade. Trata-se, isso sim, de um esboço básico que traz em seu bojo um termo de compromisso mínimo com os anseios e as necessidades de nossa Comunidade. É claro que os tópicos aqui enumerados terão suas conceituações mais ampliadas ao longo do tempo, assim como novos tópicos terão de ser adicionados ao elenco. Mesmo porque o processo de evolução institucional que ora vivemos não terminará com a escolha do novo Reitor. Ao contrário, tal escolha será apenas um dos primeiros marcos de nossas conquistas democráticas, havendo muito ainda por fazer e aprender.

De início, quero registrar que aqui venho alinhar as bases de um Programa não somente baseado num ideário pessoal, mas também e principalmente calcado em ações concretas e palpáveis que marcam minha participação nas vidas políticas e administrativa de nossa Universidade onde, junto com muitos outros companheiros estudantes, professores e funcionários, pude vivenciar riquíssimas experiências institucionais, sofrendo seus riscos e gozando seus sucessos. Para tanto, invoco meu mandato, ora em fase final, como diretor da nossa Faculdade de Engenharia, cuja Comunidade tem dado demonstrações inequívocas de competência e democracia reais, lado a lado com outras Unidades da UNICAMP. Dessas vivências muitas lições importantes foram aprendidas, e talvez a maior delas seja a de que o binômio democracia-competência é indissolúvel, isto é, a competência universitária não perdura e nem se multiplica sem o necessário arejamento de um ambiente democrático.

## PAPEL DA REITORIA

Antes da enumeração dos 30 tópicos básicos do programa pretendido, gostaria de balisá-los com algumas premissas que considero essenciais, quais sejam:

- (a) o Reitor não deve atuar como um representante do poder constituído frente à Comunidade, mas sim ao contrário, como um representante da Comunidade junto ao poder constituído;
- (b) a Reitoria não pode ser encarnada num indivíduo, mas sim ser exercida por uma equipe cujos membros estejam capilarmente vinculados à Comunidade;
- (c) a Reitoria deve estar demo-

craticamente submetida aos desígnios do Conselho. Direotr, órgão máximo da Universidade;

- (d) a Reitoria tem que atuar clara e inequívocamente dentro do princípio de que a Administração é um MEIO e não um FIM, colocando-a inapelavelmente à serviço dos objetivos da Universidade;
- (e) a Reitoria deve atuar como um forte agente catalisador do processo de democratização da Universidade, sem entretanto usar de tutela e paternalismo para tentar impor "camisas-de-força" à Comunidade, por mais legítimas que estas possam parecer;
- (f) a Reitoria deve ter sempre em mente que o desenvolvimento cultural da Comunidade é tão

importante quanto seu desenvolvimento profissional, e deve estimular e promover permanentemente a abertura de espaços culturais e interdisciplinares dentro e fora dos campi;

- (g) a Reitoria deve assumir sua responsabilidade de nunca permitir o isolamento da Universidade com relação às Comunidades externas, e deve promover incessantemente a abertura de canais efetivos de contato com todos os segmentos sociais sem nenhum tipo de distinção;

- (h) a Reitoria tem que estar sempre disponível para prestar contas de seus atos perante à Comunidade e a ela repassar quaisquer informações pertinentes de que disponha.

## PROGRAMA

Isto posto, vamos à listagem sucinta e objetiva dos tópicos de programa, deixando claro que os mesmos não estão enumerados por ordem de prioridade ou de importância, e nem classificados por seus planos de mérito (administrativos, políticos, institucionais, etc.). Assim, em minha opinião, o novo Reitor deve se comprometer a:

1. Tornar realmente públicas as reuniões do Conselho Diretor, convocando-as em espaços mais amplos que o atual, inclusive nas Unidades de Ensino e Pesquisa.
2. Ampliar a representação da Comunidade no Conselho Diretor, convidando para ali tomarem assento os responsáveis por órgãos atualmente não contemplados (Colégios Técnicos, Centros, Hospital, Administração, etc.), assim como as entidades representativas.
3. Desencadear um intenso processo de desburocratização e simplificação da máquina administrativa da Universidade.
4. Desencadear, de comum acordo com as Unidades de Ensino e Pesquisa e com o respaldo do Conselho Diretor, um processo de descentralização administrativa e orçamentária a nível interno da Universidade.
5. Abolir a figura do "despacho individual com o Reitor", atualmente vigente para dar soluções casuísticas a problemas, tornando coletivos os despachos com os diretores de Unidades.
6. Assumir perante o Governador a postura de Secretário de Estado, como prevê a legislação, e assim interagir com o Governo do Estado, exigindo inclusive despachos periódicos para tratar de assuntos da Universidade.
7. Lutar incessantemente, e com o respaldo direto da Comunidade, por mais verbas para a Universidade, estimulando a priorização orçamentária da melhoria da in-

- fraestrutura do ensino (bibliotecas, instalações físicas, renovação de equipamentos obsoletos, etc.)
8. Defender intransigentemente o ensino gratuito e público, assim como lutar pela geração de bolsas e monitorias atualizadas e adequadas.
  9. Promover a reformulação objetiva e gradual dos Estatutos da Universidade, baseando-se nas experiências institucionais vivenciadas e sedimentadas pela própria Comunidade Universitária.
  10. Desencadear, ouvida a Comunidade Discente, um processo de desburocratização do Ensino (matrículas, frequências, horários, etc.), visando dar ao aluno um maior espaço de decisão e responsabilidade, assim como dar início às discussões e debates sobre a realização de cursos noturnos em diversos níveis.
  11. Estimular a valorização da atividade didática como critério adicional e decisivo de promoção na carreira docente, para isso contando com o apoio indispensável do Corpo Discente.
  12. Estimular e priorizar as atividades interdisciplinares, realizadas através de programas conjuntos nos níveis educacionais, acadêmico ou científico, que possam provocar uma real integração universitária entre as diversas Unidades de Ensino E Pesquisa e com os Centros de Serviço, sempre submetendo estes àquelas.
  13. Estimular e promover a programação de atividades extracurriculares e extra-profissionais, abertas a todos os segmentos da Comunidade, especialmente aquelas de caráter cultural e político.
  14. Dedicar luta e esforços especiais para a obtenção de verbas complementares para a finalização e ampliação de obras civis ora necessárias à acomodação condigna do potencial humano dos campi.
  15. Promover o estabelecimento de espaços adequados de vivên-

cia a lazer nas áreas dos campi, dentro de um programa com fases de curto e longo prazos, em função dos custos e das disponibilidades orçamentárias.

16. Promover o estabelecimento de uma infraestrutura de assistência social aos membros da Comunidade (creche, assistência médica e dentária, segurança do trabalho, etc.), utilizando inclusive instalações e recursos já disponíveis nos campi.

17. Promover a racionalização dos serviços de restaurante e transporte coletivo, inclusive dentro dos seguintes critérios básicos:

(a) estudantes de graduação e funcionários de baixa renda fortemente subsidiados.

(b) alunos de pós-graduação e funcionários de média renda moderadamente subsidiados.

(c) professores e funcionários de alta renda não subsidiados.

18. Promover a criação da Prefeitura Universitária.

19. Dar atenção especial à problemática do Hospital das Clínicas, com o respaldo do Conselho Diretor e abrindo seus diversos aspectos à discussão pela Comunidade Universitária.

20. Promover a criação da Câmara de Pesquisa E Extensão, a fim de que a Universidade possa estruturar com adequação seus objetivos e diretrizes de pesquisa, inclusive como aí deve se inserir a problemática de Convênios e de Prestação de Serviços.

21. Dar início a uma ação objetiva no sentido da criação de uma Cooperativa de Consumo para os servidores da Universidade.

22. Promover, em conjunto com as Unidades Universitárias, um processo de ajustamento do quadro de docentes e funcionários visando a correção de injustiças nas promoções e reclassificações, levando em conta os pareceres de colegiados adequadamente representativos.

# ELEIÇÕES NOVO REITOR

COMUNICADO CONJUNTO N.o 3

AOS PROFESSORES, ALUNOS E FUNCIONÁRIOS DA UNICAMP

A ADUNICAMP e o DCE-UNICAMP dirigem-se à comunidade para dar as informações seguintes, sobre o processo de consulta para elaboração da lista sêxtupla. Pedimos toda a atenção para instruções referentes ao sistema de votação.

## a) NÃO PARTICIPAÇÃO DA ASSUC NESTE PROCESSO

Após a assembléia de funcionários do dia 29 de setembro p.p., que tomou decisões acerca de sua participação no processo de consulta, a Comissão Eleitoral Executiva (C.E.E.) procurou a diretoria da ASSUC para discutir a possibilidade de integração dos funcionários ao processo em marcha.

Nas conversações, essa diretoria colocou exigências de:

- anular os votos de funcionários que viessem a escolher mais de um nome de candidato;
- alterar a forma e a previsão de datas de reuniões abertas previstas no calendário inicial.

Devido a considerar que tais exigências desfigurariam a proposta inicial de trabalho da C.E.E. amplamente aceita por estudantes e professores, bem como à exiguidade de tempo disponível até a votação (20, 21 e 22 de

outubro), esta Comissão resolveu não assumir a tarefa da consulta entre os funcionários, cabendo a mesma à diretoria da ASSUC,

Colocando-se a C.E.E. à disposição da ASSUC para ajudar no que for possível.

## b) JORNAL DA ADUNICAMP

A edição especial do jornal da ADUNICAMP, contendo matérias escritas pelos candidatos estará sendo distribuída até o dia 20 de outubro. Requisite seu exemplar na respectiva entidade.

## c) DEFINIÇÃO DO COLÉGIO ELEITORAL

O Colégio Eleitoral é composto pelas categorias de professores e alunos, definidas abaixo.

### 1 -) Categoria dos Professores

Serão considerados como pertencentes a esta categoria os professores contratados ou designados pela UNICAMP junto às unidades de ensino da Universidade ou os Colégios Técnicos; técnicos de nível superior que exerçam atividades docentes ou de pesquisa, contratados diretamente pela Universidade ou por convênios.

Os professores que estiverem matriculados em cursos de pós-graduação votarão apenas pela categoria docente.

### 2-) Categoria dos Alunos

Serão considerados nesta categoria os alunos regularmente matriculados em curso de graduação ou pós-graduação que não estejam incluídos na categoria anterior.

e residentes da F.C.M., que votam como alunos de pós-graduação.

Não pertencem, portanto, a esta categoria alunos especiais ou de Colégios Técnicos.

As listagens, com especificação por categoria estarão em poder da C.E.E. até a data de 9 de outubro. Somente poderão participar da eleição aqueles que estiverem incluídos na listagens e enquadrados em uma das duas categorias.

**OBSERVAÇÃO:** O eleitor deverá se identificar no momento da votação, através de Carteira Funcional ou um documento oficial que contenha fotografia (Cédula de Identidade, Título de Eleitor, etc.).

# PROCESSO DE VOTAÇÃO

## 1-) Cédulas Eleitorais

As cédulas serão impressas em cores diferentes para cada categoria. Elas conterão 6 (seis) linhas, onde deverão ser escritos os **nomes ou números dos candidatos**, os quais estarão afixados, de forma visível, na cabine eleitoral. **Cada eleitor vota em 6 candidatos.** Não serão computados votos em nomes que não pertencem a lista afixada.

Serão anulados os votos que contiverem mais de 6 nomes, rasuras, expressões ofensivas ou o voto que possibilitar a identificação do eleitor.

Nomes de candidatos repetidos numa mesma cédula serão contados apenas uma vez.

## 2-) Urnas

Haverá uma urna por unidade de ensino ou administrativa, onde serão depositados os votos das diferentes categorias.

Segue abaixo a relação dos locais de instalação de urna, sendo referenciada (s) a(s) categoria (s) a que estão vinculadas.

### 1-) Estudantes e Professores

IEL; IFCH; CTAE; IMECC/C, Computação; FE/ATREFE; IFCH IQ; IB/ Básico Med/ Básico Enf; FEAA; FEC/CT; CLE; IA/ IG; FOP; FEL; FCM.

### II -) Estudantes

Básico (Turmas 80 e 81).

## III-) PROFESSORES COTUCA/CEPB

3 -) Sistemática de Votação  
Os trabalhos eleitorais processar-se-ão nos dias e horários abaixo:

3a. feira, 20 de outubro -  
10:00 hs às 16:00 hs.

4a. feira, 21 de outubro -  
10:00 hs às 16:00 hs.

5a. feira, 22 de outubro -  
10:00 hs às 13:00 hs

Nos Colégios Técnicos e no Curso de Tecnologia de Limeira os trabalhos eleitorais se darão também nos seguintes horários:

3a. feira, 20 de outubro -  
20:00 hs às 22:00 hs.

4a. feira, 21 de outubro -  
20:00 hs. às 22:00 hs.

A mesa eleitoral, em cada unidade, será constituída por um membro de cada categoria, pertencentes a outras unidades.

O eleitor deverá se identificar junto à mesa, assinando a listagem em poder da mesma recebendo a cédula, assinalando seu voto e depositando-o pessoalmente na urna.

### 4-) Apuração dos Votos

A junta apuradora será composta por membros das duas categorias. O processo de apuração se iniciará no dia 22/10, no Restaurante Novo da UNICAMP, tão logo cheguem todas as urnas. No recinto de apuração, será permitida a presença apenas da junta apuradora, da C.E.E. e de dois fiscais por candidato, indicados pelos mesmos, para acompanhamento de todo o processo eleitoral.

O resultado final será apresentado em uma única lista que ponderará os votos por categoria, de maneira paritária. Como exemplo, suponhamos o Colégio Eleitoral composto por 7.500 estudantes e 1.250 professores. Tomando um voto da categoria mais numerosa (no caso estudantes) como unidade-padrão (u.p.), então um voto de professor equivale a 6 unidade-padrão, de forma que  
 $7.500 \times 1 \text{ u.p.} = 7.500 \text{ u.p.}$   
 $1.250 \times 6 \text{ u.p.} = 7.500 \text{ u.p.}$   
 $15.000 \text{ u.p.}$

Os pesos reais a serem utilizados serão calculados a partir do enquadramento, em cada uma das categorias anteriores, dos nomes contidos nas listagens entregues pela Universidade. Serão divulgados com bastante antecedência em relação às eleições.

Os casos omissos serão resolvidos pela C.E.E.

## e-) CONVOCAÇÃO DE PES—SOAL

Dada a magnitude dos trabalhos a serem desenvolvidos para a consecução de todo o processo de eleição, a C.E.E. pede a professores e alunos que se apresentem como voluntários para a formação das mesas eleitorais e da Junta Apuradora, podendo fazê-lo nas sedes da ADUNICAMP e DCE, ou pelo telefone 39-1148 (ADUNICAMP). A C.E.E. também fará convocações para estes trabalhos, pedindo a todos os convocados colaboração para tornar este processo um marco tanto político quanto organizacional.

# ADUNICAMP — DCE

23. Lutar incessantemente, particularmente em conjunto com as entidades representativas (ADU—NICAMP e ASSUC) pela melhoria do nível salarial dos servidores da Universidade.

24. Promover a máxima integração do Curso Básico com os Cursos Profissionais, ouvindo atentamente a opinião do Corpo Discente.

25. Promover a racionalização dos horários curriculares e funcionais da Universidade, a fim de que haja pelo menos um período livre semanal para que toda a Comunidade Universitária esteja disponível para atender a diferentes atividades extra-curriculares e extra-funcionais, e estimular as Unidades de Ensino E Pesquisa para que disponham de outro período livre para as atividades extras em suas respectivas escalas de interesse.

26. Ter sempre em mente que o Corpo Discente é a justificativa básica da existência da Universidade, fazendo com que este lhe dê toda a orientação que necessite e com ele estabelecer um diálogo saudável e franco e uma convivência de mútua responsabilidade.

27. Propor ao Conselho Diretor a criação de um Jornal da Universidade (semanário, tipo tablóide) com direção independente, visando divulgação ampla à Comunidade e com espaço aberto a críticas de qualquer procedência.

28. Desencorajar, com o respaldo direto da Comunidade Universitária, a atual excessiva elitização da Universidade com relação aos segmentos menos favorecidos da Sociedade, promovendo o estabelecimento de canais efetivos de contato com entidades representativas daqueles segmentos (sindicatos, partidos políticos, sociedades de base, etc.), sem distinção de credos, ideologias ou tendências partidárias, a fim de buscarmos uma maior e mais significativa utilidade social para nossa Universidade, visando parti-

cularmente a região de Campinas e os arredores dos campi.

29. Utilizar de recursos plebiscitários de consulta à Comunidade Universitária, em comum acordo com o Conselho Diretor e com as entidades de representação (DCE, ADUNICAMP e ASSUC), toda vez que se faça necessária para a abordagem de problemas mais amplos e transcendentais.

30. Convocar semestralmente assembléias gerais da Comunidade Universitária para prestar contas, debater e informar sobre os andamentos institucionais da Universidade, assim como comparecer às mesmas sempre e quando for convocado pelas entidades representativas (DCE, ADUNICAMP e ASSUC).

Fechando o presente texto, não posso deixar passar a oportunidade de dirigir um apelo

a Comunidade Universitária para que compareça maciçamente às urnas nos dias 20, 21 e 22 de outubro próximo, e que ali exerça conscientemente seu direito de voto tão duramente conquistado. Se assim for, e independentemente de qual seja o resultado, estaremos dando uma demonstração cabal de maturidade democrática e de responsabilidade institucional diante do país em geral e do sistema universitário brasileiro em particular.

Maurício Prates de Campos Filho: Diretor da Faculdade de Engenharia desde 78. Engenheiro aeronáutico pelo ITA. Membro titular da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Diretor. Coordenador desde 77 de um programa de pesquisa e formação de recursos humanos na Tecnologia de Materiais de Grau-Eletrônico.

## BIOLOGIA ELEGE DIRETOR

No dia 11 de novembro próximo, haverá eleição no Instituto de Biologia para escolha do novo Diretor de unidade. O Prof. Walter August Hadler, que vinha respondendo pela direção do Instituto, há 16 anos, (desde sua fundação) será substituído por outro membro de comunidade, em eleições diretas, numa demonstração clara, do avanço democrático na Unicamp.

Por decisão de Congregação da Biologia, poderão ser elegíveis ao cargo de diretor de unidade, todos os professores a partir de categoria MS-3. Até então, apenas os MS-6 podiam disputar, o cargo.

A necessidade de realização de eleição agora para escolha do novo diretor de Biologia, apesar da mudança só ocorrer em abril de 82, junto com a substituição do Reitor, foi apontada em consulta ampla feita à comunidade da Biologia, recentemente.

Caberá à Comissão formada por representantes de professores, funcionários e alunos, elaborar a forma de realização de eleição, levando em consideração os resultados da consulta à comunidade, publicados no número anterior do Jornal de Adunicamp. A proposta das regras para as eleições será enca-

minhada à Congregação do I.B. que dará a palavra final sobre a questão.

Até agora, os candidatos declarados à direção de Biologia são: Benedicto de Campos Vidal Antonio Celso Novaes Magalhães e Carlos Eduardo Negreiros de Paiva, todos MS-6. o prof. Crodowaldo Pavan, também MS-6, declarou que não é candidato mas aceitaria o cargo, caso fosse o escolhido pela comunidade.

Na edição passada, do Jornal de Adunicamp, por erro nosso, à pergunta da consulta da Biologia à comunidade, que indagava sobre a indicação de um único nome à direção da Biologia ou composição de lista sêxtupla foi publicada como se referisse à eleição de Reitor. Na realidade, a pergunta como todas as outras da consulta, referiam-se exclusivamente à direção de Biologia.

# Contra o não fazer

Carlos Alfredo Argüello

É necessário que a EXPERIÊNCIA UNICAMP continue e que a participação de professores, alunos e funcionários nos assuntos da Universidade seja ativa. Isto levará a uma estrutura de poder mais democrática. Não somente mais democrática, mas, que realmente reflita a verdadeira vocação desta Universidade.

O problema do regime de trabalho dos professores e funcionários é um problema que tem componentes de alta técnica, mas o regime de trabalho que eu prefiro, nas que não tratarei de impor é o da instabilidade constante. Temos que provar-nos capazes a todo momento, demonstrando utilidade.

Sou contra os sistemas que estabilizam a mediocridade. Devemos garantir, isto sim, a defesa contra a arbitrariedade, contra a perseguição por credos, raça ou cor.

Voltando a estrutura do poder.

que é o Poder { um carro preto de chapa branca?  
um título a mais no curriculum?  
um diploma a mais no consultório?

Por Poder deve-se entender o PODER FAZER e mais, DEVER FAZER, PODER SERVIR a comunidade, REALIZAR. Assim é como todos nós entendemos. Mas quero e devo denunciar agora, a estrutura do NÃO FAZER, (conceito de carro preto - chapa branca) que tira as suas forças do bloqueio ao PODER (no sentido correto, no nosso sentido). Claramente, não adianta muito legislar democraticamente e ordenar democraticamente, se a estrutura administrativa do NÃO FAZER utiliza a cassação branca de despachos, das portarias, das decisões dos colegiados, etc. (neste momento há vários exemplos claros para todos nós, por ex: - homologação de mandatos dos Diretores pelo Conselho Diretor; aumento da representação discente no Conselho Diretor).

Se os orçamentos são pré-determinados no seu total e nos seus mais mínimos detalhes, sem intervenção das entidades legalmente envolvidas e sem consultar a comunidade das suas necessidades reais; então o NÃO FAZER só pode ser vitorioso. Para que as estruturas democráticas, por todos nós apoiadas, se cristalizem no estatuto que queremos e na Universidade que desejamos é IMPRESCINDÍVEL a destruição imediata dos mercadores do NÃO FAZER e da sua rede de poder. Administração não é fim, é meio e deve ser meio eficiente a serviço de um Colegiado Administrativo, Colegiado Democrático.

## 1. - ENSINO GRATUITO VERSUS ENSINO PAGO NO BRASIL

O Estado é um enorme concentrador de renda neste país sendo também responsável pela redistribuição desta renda na população. Se a tendência nos últimos anos tem sido enriquecer mais as classes ricas, 20 por cento da população, as custas dos outros

80 por cento que tem se empobrecido, não se pode negar que cabe ao governo modificar a distribuição de riquezas.

Existem várias formas de repassar as classes mais pobres, parte da renda nacional. Entre elas, acredito que as duas mais nobres sejam: ENSINO GRATUITO e ASSISTÊNCIA MÉDICA—SOCIAL'. Se tivesse que escolher somente uma, o Ensino Público

Gratuito seria para mim a opção mais importante, porque é a única que pode modificar efetivamente, a distribuição de renda, porque gera uma redistribuição do conhecimento, da autonomia de pensamento, da capacidade de reprodução e de decisão. E por isto muito perigosa para alguns interesses. Se não dermos Educação boa e suficiente e dermos, por exemplo, somente Assistência Médica de primeira, teremos, a mesma quantidade de escravos que antes, mas agora serão mais produtivos e servindo, mais efetivamente à máquina que concentra a renda nos mais ricos.

Ex: Se o bóia-fria é curado de verminose e come bóia-quente, produz 20 por cento mas continua cortando cana. O Estado deverá assegurar a qualquer cidadão, oportunidade de Educação a qualquer nível, de 1a. qualidade. Educação paga poderá existir como opção, mas não como opção obrigatória.

Para o Ensino Universitário, (mesmo o público gratuito) não ser elitista, forçadamente deverá existir ensino público gratuito abundante e de qualidade, em todos os rincões do país, de 1o. e 2o. Grau. Isto é mais importante que qualquer programa nuclear energético.

Quando for necessário existir seleção, esta deverá estar condicionada pela vocação ou qualidade do indivíduo e nunca pelo seu nível econômico.

## 2. A UNICAMP E SUAS CARACTERÍSTICAS

Em 10 anos de funcionamento, efetivo, a UNICAMP conseguiu se impor como uma NOVA UNIVERSIDADE, de alto nível científico e intelectual, com uma intensa produtividade, e como um pólo importante na formação de Recursos Humanos, a nível de Pós-Graduação. Ela é respeitada dentro e fora do país. Execu-

tora de importantes conquistas no campo científico e tecnológico, tem uma marcada vocação de servir a comunidade.

Teve uma política pioneira na agressividade de captação de recursos em fontes financiadoras externas. Seus professores conseguiram progredir sem utilizar moldes das carreiras que podem estabilizar e perpetuar a mediocridade optando pelo desafio da instabilidade criativa. Nas Unidades novas, a falta da herança da cátedra criou departamentos sem "dono" e com vocação multidisciplinar.

As Unidades estruturaram-se em Departamentos livremente, respeitando as suas características, algumas optando pela relação DEPARTAMENTO/ENSINO, outras utilizaram a realação DEPARTAMENTO/ PESQUISA outros tão simplesmente deram o nome DEPARTAMENTO à CAEDRA DISFARÇADA.

Minha opinião é que devemos cobrar de todos os resultados obtidos, antes de opinar sobre estas experiências e tentar unificá-las. Se a estrutura é democrática e eficiente, será a mais adequada. A Universidade, pelo seu tamanho e o regime de trabalho de seus professores, e talvez até pela própria juventude destes, mostra características multidisciplinares únicas, que podem ainda ser enormemente aumentadas e exploradas.

Nos últimos anos, a UNICAMP deu sinais de caminhar na direção da democratização das suas instituições, de maneira prudente mas segura e democrática (de baixo para cima).

Nossa reunião de hoje é um marco histórico nesta caminhada. Apesar disto, a nossa Universidade não reflete na sua estrutura de poder o reconhecimento a estas características e de ali nascem seus grandes fracassos, como a gerência administrativa, por exemplo.

Por outro lado, estou certo que podemos impor a nação estas nossas características, procurando sem muita pressa, um embasamento estatutário e regimental, legal que se adapte a estas características.

Não falarei da reforma de 68, prefiro referir-me a reforma da UNICAMP, iniciada em 68, não imposta de cima para baixo como aquela, mas que aos poucos vai se consolidando como NOSSA REFORMA citando Mc Luhan: NOSSA PRIMEIRA TAREFA SERÁ DESAPRENDER AS VELHAS INTERDIÇÕES QUE DESTROEM A VERDADEIRA ORIGINALIDADE".

Como cientistas, artistas, educadores temos a obrigação da originalidade, não aceitamos ser cópias de instituições mais antigas, nem produto de reformas instituídas pela força.

Quem acene para nós com o estatuto numa mão e com o fantasma da INSTITUCIONALIZAÇÃO rápida na outra, com o pretexto de obter nossa autonomia rapidamente, não pensa seguramente na nossa autonomia intelectual, no direito que temos de SER COMO QUEREMOS SER:

### 3. CIÊNCIA E TECNOLOGIA NACIONAL. UNIVERSIDADE NAS GRANDES DECISÕES.

A Ciência é universal. A Tecnologia e a Ciência podem estar a serviço dos interesses de uma nação e é desejável que assim seja em nosso país.

O melhor treinamento para fazer tecnologia é fazer ciência. Fazendo ciência medimos nossa capacidade criativa a nível internacional, isto nos dá confiança para dedicar parte de nossos esforços a tecnologia com a quase certeza de êxito.

Por isto, acredito que a real tecnologia venha após a ciência, ou junto com ela. Ninguém

pode fazer boa tecnologia desprezando a formação científica. Não se pode ser só tecnologia NÃO ser técnico. As técnicas podem ser compradas. A tecnologia NÃO pode ser comprada. ESTE É O GRANDE ENGANO BRASILEIRO NOS ÚLTIMOS 20 ANOS, que fez crescer nossa dívida externa a níveis insuportáveis, com presteito de comprar tecnologia (refiro-me a fabricação de Carros, fabricar Computadores, fabricar Usinas Nucleares, fabricar grandes Navios (que grande país).

Se comprou a técnica (o saber como) não a tecnologia (o saber como e porque).

Nestes últimos anos os únicos laboratórios de pesquisa tecnológica foram os das Universidades ou dos Institutos de Pesquisas Estatais.

Cabe as estes suprir as necessidades da indústrias brasileiras.

Por estes motivos deverá se propiciar uma maior contato da Universidade com a realidade nacional, adaptando esta as novas características evolutivas, quebrando as paredes de cristal que separam esta, a última das estruturas medievais e que em nosso país se mantém isolada da comunidade.

Existe o pressuposto puritano que o contato com a indústria, o povo, o poder, o capital, a política, corromperão nossa pureza universitária. Por isto, fazemos voto de pobreza e acabamos mendigando às portas dos palácios de governantes, de honestidade duvidosa.

### QUANDO A UNIVERSIDADE BRASILEIRA SE IMPOR COMO SOLUÇÃO, ELA DEVERÁ SER ESCUTADA COMO ENTIDADE.

Devemos criar a nossa consciência de Universidade. Até lá, os universitários continuarão sendo utilizados como ministros e tecnocratas, porque quando a Universidade que os criou lhes deu de mamar, não tinha nas suas tetas leite com os componentes da Brasilidade

# PLATAFORMA

Helio Drago Romano

## I - INTRODUÇÃO

*A Universidade é um "ser para" a Sociedade.*

*Esta caracterização pela finalidade melhor ressalta seu aspecto dinâmico - "ser para" - e explicita a permanente exigência de renovação e de aperfeiçoamento.*

*Como "ser" é a Universidade uma presença.*

*Presença desarmada, força cultural, força espiritual.*

*Força aurida de uma unidade básica de princípios, circunscrita por uma diversidade aceita e respeitada. Unidade que há de encontrar-se no amor à verdade, à liberdade e no respeito à dignidade da pessoa humana. Esta é a unidade nuclear e autêntica da Universidade, não a decorrente de suas condições topográficas ou administrativas.*

*O "Poder da Universidade" procederá da fidelidade a estes princípios e do valor ético e científico dos membros da comunidade universitária.*

*"Para" a Sociedade, através dois conjuntos de atividades: o acadêmico e o de extensão. O acadêmico abrangendo os cursos curriculares, habitualmente também fornecedores de diplomas de habilitação de carreira profissional. O de extensão envolvendo pesquisas, cursos e serviços, disponíveis às solicitações da comunidade. A extensão há de prioritariamente dirigir-se - em vista da opressiva carência de significativa parcela de nosso povo - a evitar se consolide entre nós uma definitiva e irremovível dicotomia social de marginais desprezados e de participantes privilegiados dos bens econômicos e culturais.*

## II - ESTRUTURA

*A Universidade há de ter um regime e uma organização. Imaginamo-a dotada de uma estrutura orgânica, viva, capaz de atividade imanente, e não um mecanismo apenas movido por excitações externas.*

*As coordenações - nos diferentes níveis, do Departamento à Reitoria - deverão ser exercidas, por um executivo e um colegiado, representativo dos diversos segmentos da comunidade, professores, alunos e funcionários. Devem prevalecer nesta organização os princípios de autonomia e de descentralização, respeitada a unidade de supremos princípios que são a razão de ser da Universidade. Esta estrutura deve ser coerente e possibilitar uma efetiva democratização da Universidade, por nós*

*aceita e recomendada principalmente nos processos de escolha para representações e direções.*

*Julga-se conveniente, logo abaixo do Conselho Diretor e da Reitoria, descentralizar-se grande dos poderes pertinentes à vida acadêmica, à extensão Universitária e à administração criando-se três coordenadorias (ou pró-reitorias) cada uma com seu colegiado representativo e seu coordenador (ou pró-reitor). No colegiado da área de administração, poderiam, por exemplo, através de sua representação terem os funcionários também acesso aos debates, em alto nível, relativos a seus interesses específicos a participarem democraticamente no processo decisório.*

*Assim entendemos a estrutura universitária: democrática, descentralizada, formada de órgãos responsáveis e autônomos em sua*

*esfera de atribuição.*

## III - ENSINO

*Consideramos o próprio aluno o agente principal do processo educativo. A aula, o livro e o professor são agentes secundários. Conclue-se daí necessitar o estudante tempo para reflexão, aprofundamente e definitiva posse do conhecimento novo.*

*Assim, devem os horários ser grupados evitando as chamadas "janelas". Aluno em tempo integral é aluno com tempo para estudo, pesquisa e possibilidade de frequentar bibliotecas - e não aluno em disponibilidade para qualquer horário de aulas.*

*As cargas horárias devem ser diminuídas e estimuladas as atividades pedagógicas que reduzam a passividade e estimulem a autonomia do aluno.*

*Pensamos possível uma solução de compromisso entre os chamados regime de crédito e o regime seriado, dando ênfase ao conceito de currículo-padrão. Seria assim talvez possível evitar-se simultaneamente os inconvenientes da "dependência", facilitar-se a escolha de um elenco de "optativas" e dirimir múltiplos defeitos do atual regime de créditos. A "turma" seria praticamente restabelecida.*

*Julgamos a divisão estanque em "básico" e em "profissional" uma abstração esquemática contraposta às necessidades reais.*

*Parece-nos haver evidente conveniência de as diversas faculdades e institutos criarem em suas respectivas áreas coordenadorias à serviço dos alunos dos semestres atualmente incluídos na abrangência do básico. Esses alunos, principalmente os "calouros", são deixados em um "certo" abandono.*

*Estender cursos profissionais à noite se esta for a conveniência da comunidade, assegurada a manutenção do nível dos mesmos.*



#### IV - VIVÊNCIA E SERVIÇOS

Um Campus Universitário requer - tem direito - um mínimo de adequação e refletir alguma beleza na composição de seus edifícios e áreas livres.

N UNICAMP as únicas instalações coerentes com um estabelecimento de ensino são as da Faculdade de Odontologia de Piracicaba.

Propomos inicialmente para o Campus as sugestões apresentadas pelo ilustre arquiteto Prof. Fabio Penteadó: cercar os edifícios de árvore e revesti-los de heras - um fundo verde comum desfazeria a feitura arquitetônica. Além disso: ampliar o bosque e usá-lo habitualmente para lazer; criar outros espaços de lazer, especialmente ao ar livre; melhorar o aspecto dos refeitórios.

Julgamos absolutamente necessária a criação de pelo menos um auditório de grandes dimensões para fins culturais e assembleias universitárias.

Utilizar nos serviços as potencialidades das faculdades e institutos, assim, por exemplo a F.B.C. poderia superintender a manutenção da rede elétrica.

Não aumentar o nível das taxas e dos serviços existentes.

Programar o funcionamento do refeitório à noite.

Manter sobretudo abertas no maior horário possível as bibliotecas.

Estudar uma reprogramação de transportes e implementar

em futuro próximo, possivelmente o Tróibus.

#### V - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

- Incrementar, dentro do critério básico de melhorar as condições de vida do homem brasileiro desprovido de recursos, as diversas formas de extensão universitária:

- pesquisas
- serviços
- cursos

Os cursos seriam orientados a atender as mais diversificadas solicitações no âmbito cultural e no profissional. Deveriam utilizar frequentemente os alunos graduados e pós-graduados.

- Engajar efetivamente o Campus Avançado de Cruzeiro do Sul no soergimento da população carente daquele município, demonstrando e exemplificando a capacidade de a comunidade universitária contribuir para melhoria das condições de nosso povo.

- Desenvolver e regulamentar a consultoria.

#### VI - ADMINISTRAÇÃO E OBRAS

- Programar e realizar amplo e aprofundado estudo relativo às condições dos funcionários da UNICAMP para propor as adequadas medidas que estabeleçam efetiva justiça, quanto às promoções e aos salários.

Seguir a seguinte ordem de prioridades na promoção de obras

e outras realizações:

- completar e por em funcionamento o Hospital de Clínicas (como principal prioridade)

- construir a creche

- fazer executar um planejamento adequado para a possível reabilitação estética do Campus, criação de áreas de lazer, etc.

- construir pelo menos um auditório de grandes dimensões

- completar as obras já iniciadas.

#### VII - ATENDIMENTO DE REIVINDICAÇÕES

Aceitamos as reivindicações apresentadas pela ASSUC. Muitas dels são, até, consequências de prescrições legais. Incluiríamos, ainda, a preocupação com os problemas referentes à Segurança do Trabalho.

Concluimos reiterando resultar a verdadeira grandeza da Unidade principalmente do valor ético e científico dos membros da comunidade universitária e de seu amor à verdade, à liberdade, e do seu respeito à dignidade da pessoa humana.

Hélio Drago Romano: Engenheiro eletrônico formado pelo Instituto Militar do Exército. Coronel de reserva. Professor da Faculdade de Engenharia. Coordenador do Campus Avançado Cruzeiro do Sul, no Acre, do Projeto Rondon. Foi Coordenador Geral das Faculdades em 78.

Paulo Freire: Inscrito por indicação dos alunos. Pedagogo. Conhecido Internacionalmente pelo seu método de alfabetização popular aplicado na região rural de Pernambuco em 64. Foi membro do Movimento de Cultura Popular do Nordeste. Em exílio político durante muito tempo. Fundou o Instituto de Ação Cultural (IDAC) em Genebra. De volta ao Brasil foi contratado pela PUC de São Paulo e pela Unicamp;

Carlos Franchi: Diretor do Instituto de Estudos da Linguagem. Advogado.

Antonio Muniz Rezende: Pedagogo, ex-diretor da Faculdade de Educação, onde é professor.

Mourecny Arouca: Engenheiro civil. Diretor em segundo mandato da Faculdade de Engenharia de Limeira. Presidente da Diretoria Executiva da Funcamp. Membro titular da Comissão de Legislação e Normas do Conselho Diretor.

José Aristodemo Pinotti: Médico ginecologista, pesquisador de cancer de mama e útero. Já foi Diretor da Faculdade de Ciências Médicas por dois mandatos alterados. É chefe do Departamento de Ginecologia da Unicamp.

Antonio Carlos Neder: Cirurgião-dentista. Diretor atual de Faculdade de Odontologia de Piracicaba, onde é professor.

# UNICAMP: PRESENTE E FUTURO

Roberto Moretti

A Unicamp, estabelecida de maneira sábia pelo seu ex-reitor Prof. Dr. Zeferino Vaz, já previu a necessidade da integração Universidade - Comunidade. Avançada no tempo em relação as outras Universidades Brasileiras, deve neste momento e no futuro continuar na vanguarda e mostrar ao país sua capacidade, resolvendo seu próprio problema de falta de recursos, deixando de pedir ajoelhada maiores recursos do Estado. A Unicamp tem recebido estudantes de toda América Latina e de todos estados do país. Deverá continuar a fazê-lo, porém como obrigação que tem de servir aos países e estados irmãos, menos favorecidos no setor de preparo de profissionais, cientistas, artistas, linguistas, também tem o direito de receber em troca um pagamento que cubra pelo menos os custos desse serviço, pagamento este que poderá ser feito pelos recursos da UNIÃO, que tem para si centralizada a maior parte da arrecadação, destinada a formação de recursos humanos. Nos E.U.A., existe uma taxa cobrada dos alunos não residentes no estado da Universidade que frequentam, chamada "Non resident Tuition fee", que é no mínimo quatro vezes maior do que a taxa dos alunos residentes naquele estado. Este pagamento, efetuado pela UNIÃO, resultaria não só na diminuição da carga dos custos da Unicamp mas principalmente proporcionaria aos próprios estudantes irmãos, melhores condições de ensino que reverteriam também em benefício dos universitários paulistas.

Finalizando, cremos que a Unicamp tem condições de resolver seus problemas, pois possui, ainda, um dos melhores recursos

humanos dos países em desenvolvimento, condição esta comprovada pelo renome que possui em toda América Latina, e que logicamente o utilizará como as Universidades Americanas, Canadenses, Européias e Japonesas o fizeram nestes últimos dez anos.

Para que isto ocorra é necessário que o futuro reitor desta Universidade promova a ocorrência de mudanças:

1. Descentralização do poder administrativo, com fortalecimento das decisões a nível de Departamento.
2. Maior participação de professores, alunos e funcionários de cada Unidade nas discussões, debates e decisões que influenciam no andamento normal.
3. Criação de Departamento de Extensão em cada Unidade e uma Pro-Reitoria de Extensão, ou Assistência à Comunidade. Os objetivos deste item são: maior entrosamento com a sociedade brasileira; elaboração do perfil dos problemas da comunidade ligada a cada setor da Universidade; estabelecimento de encontros entre Comunidade e Universidade; promoção de visitas de professores à Comunidade e vice-versa; elaboração e viabilização de projetos, convênios, palestras, simpósios e congressos; promoção de cursos de atualização para ex-alunos e profissionais da área.
4. Estabelecimento de contactos com organismos que financiam projetos de pesquisa, programas de ensino e de assistência à comunidade, tais como: FAPESP, CNPq, PROMOCET, FUNAT, FINEP, STI, no Brasil; UNIDO, FAO, UNESCO, UNU, OEA, etc. em âmbito internacional, além de Fundações Privadas, tais

como: FORD, CARGILL, KELLOGS, ROCKFELLER, etc...

5. Formação de um Grupo Assessor com finalidade de liberar o reitor para que este possa ter maior liberdade para lutar fora da Universidade, pelas suas causas, para conseguir maiores recursos, para representar a Unicamp fora dos "Campi".

6. Promoção de assembléias Gerais onde serão levantados problemas; serão demonstradas e participadas à comunidade todas as ocorrências que têm dificultado a ação da Reitoria, bem como, todos os fatos que melhoraram as condições da Unicamp.

7. Viabilizar a nível de cúpula maior número de estágios para alunos e maior participação de alunos e funcionários em convênios e projetos de pesquisa e assistência à comunidade.

8. Viabilizar a criação de um sistema de manutenção preventiva para todos os equipamentos e instalações das Unidades da Unicamp.

9. Facilitar e incentivar a saída periódica de docentes para outras Universidades ou instituições de pesquisa de outros países ou mesmo do Brasil, a fim de que os mesmos visualizem os problemas e soluções por um outro prisma.

10. Promoção das atividades e programas da Universidade junto à Comunidade, como exemplo podemos citar o dia "Universidade Aberta", para visitação de todas Unidades pela comunidade, criado pelo nosso ex-reitor Prof. Zeferino Vaz.

Roberto Hermínio Moretti: Professor da Faculdade de Engenharia de Alimentos e Agrícola, onde foi um dos idealizadores da Vaca Mecânica que transforma soja em leite.

# A Unicamp nos próximos 4 anos

José Ellis Ripper Filho

A evolução tanto da sociedade como da própria Universidade ocorre por meio de idéias novas, que como mutações se desenvolvem ou morrem quando expostas ao meio. Por sua própria natureza a Universidade deve proporcionar um ambiente propício para o aparecimento e testagem de novas idéias; é talvez a única instituição em que a completa liberdade de expressão de idéias pode ocorrer. A própria vitalidade da Universidade depende desta liberdade e do conseqüente embate de idéias. Urge preservar no seio da Universidade diversidade de ideologias políticas, científicas, culturais, artísticas, etc., e, na medida do possível, diversidade de estruturas administrativas, de metodologias didáticas, etc.

Mais especificamente, vejo como objetivos para a Unicamp nos próximos 4 anos:

## I - Institucionalização da Unicamp numa forma democrática e Evolutiva.

Para isto será necessária uma reforma estatutária, não só para mudar a estrutura da administração central, inclusive a composição do Conselho Diretor, mas também para permitir que cada Unidade e cada Departamento tenham autonomia para se organizar da forma mais apropriada. Além do fato da estrutura ideal de um departamento não ser necessariamente a ideal para todos os outros, se todos tiverem que ter a mesma organização, mudanças se tornam praticamente impossíveis. Enquanto as mudanças no estatuto não puderem ser feitas, a institucionalização não deve ocorrer, aproveitando-se a flexibilidade das disposições transitórias do presente estatuto.

II - **Descentralização do processo decisório.** A administração da Unicamp é tão complexa que não é possível uma democratização efetiva ou mesmo uma operação eficiente com uma administração centralizada, qualquer que seja a composição dos colegiados. As decisões devem ser tomadas por quem tem interesse

e correções de causa. A autonomia das Unidades e Departamentos devem incluir o respeito a escolha de seus dirigentes, aos quais deve ser assegurado mandato fixo. Mesmo na administração central, o processo decisório deve ser descentralizado e desburocratizado, delegando-se autoridade e responsabilidade específicas sempre que possível. Neste processo de descentralização devem ser envolvidas as entidades de classe; vários serviços que dizem respeito a uma categoria específica seriam melhor administradas por sua entidade.

III - **Luta para conseguir os meios para que a Universidade possa realizar seus objetivos, não só em termos de verbas orçamentárias, mas também de recursos de outras fontes.** Esta luta inclui obtenção de salários condignos para professores e funcionários e apoio para alunos carentes.

IV - **Abertura de ensino da Universidade a uma maior parcela da população, em particular à comunidade da região.** Deve-se tentar a viabilização de cursos noturnos, com a mesma qualidade dos diurnos, bem como um aumento dos cursos de aper-

feiçoamento, especialização e extensão de todos os tipos, em particular no apoio aos ensinos de 1o. e 2o. grau. Os colégios técnicos devem ser reformulados, integrando-os à Universidade.

V - **Apoio especial à prestação de serviços à comunidade** sob diversas formas, levando a ela o conhecimento acumulado na Universidade, procurando conhecer melhor seus problemas reais, inclusive adaptando melhor o ensino e a pesquisa à sua realidade.

VI - **Apoio a atividades interdisciplinares.**

VII - **Criação e melhoria, na medida do possível, de facilidades de uso comum, até hoje negligenciadas na Unicamp: Biblioteca Central, Centros de Convivência, Residências de Estudantes, Anfiteatros, Locais de estudo, etc.**

## REALIZAÇÕES

Como acredito que a escolha de novo reitor deva se basear não somente na plataforma do candidato, mas em grande parte em suas ações, descrevo abaixo algumas de minhas ações, em

particular nos 3 anos que fui diretor do Instituto de Física e que acredito que sejam coerentes com as idéias acima.

Tendo sido nomeado numa época que os diretores não tinham mandato fixo, fixando o tempo que quisessem (ou fossem tolerados pelo reitor), fixei com antecedência meu mandato em 3 anos.

Organizei para minha sucessão uma das primeiras eleições diretas para lista de diretor (simultânea com a FEC), conforme compromisso assumido anteriormente.

Organizei a infraestrutura administrativa do Instituto de Física, descentralizando o processo decisório, tornando-a menos dependente dos indivíduos que momentaneamente ocupavam cargos e funções.

Numa época em que cada reclassificação de funcionário tinha que ser arrancada do reitor, consegui uma centena delas em 3 anos.

Organizei o Boletim do Instituto de Física, o primeiro órgão informativo e de debates aberto livremente a todos os membros da comunidade, e que já funciona regularmente há cinco anos.

Ampliei a infraestrutura de serviços do Instituto, conseguindo recursos externos, inclusive com uma biblioteca com local de estudo, que ficava aberta a noite com condução para usuários.

Promovi um estudo de currículo de graduação com participação de toda a comunidade do Instituto, o que gerou um currículo mais racionalizado, com número de créditos bem menor, deixando mais tempo de estudo aos alunos.

Iniciei o processo que levou a criação de um Bacharelado em Física Aplicada em colaboração com a Faculdade de Engenharia.

Criei a disciplina Física e Sociedade.

Consegui o primeiro convênio da história da FINEP para apoio de ensino.

Iniciei um processo que teria levado o ensino na área de ciências exatas a se adaptar ao interesse do aluno, garantindo-lhe o direito de conseguir o curso de sua escolha independente da vaga, o que praticamente eliminaria as desistências que hoje são mais de 20 por cento do total de alunos. Este projeto foi engavetado apesar de apoiado por nove dos dez conselheiros da área de exatas.

Criei junto com o Prof. Curt Heines o Museu de Ciências que após um período de hibernação está ressurgindo.

Organizei o primeiro Departamento de Física Aplicada do Brasil dedicado a pesquisas que pudessem vir a ter uso para a sociedade, em particular nas áreas de Energia e Comunicações.

Organizei um programa de Comunicações Ópticas (lasers, fibras ópticas, etc.) que está permitindo a implantação no Brasil dessa tecnologia que bareateará comunicações com know how brasileiro. O primeiro sistema será implantado ainda este ano no Rio. Este programa já conseguiu evitar a compra de um sistema no valor de 200 milhões de dólares de uma multinacional.

Tenho participado, junto com vários membros da comunidade (inclusive os Professores Prates e Mammanna da Unicamp) na formulação da política de microeletrônica, visando entre outras coisas criar um espaço brasileiro num setor que se encontra hoje completamente dominado por 16 multinacionais. Trata-se de uma das raras ocasiões em que uma comunidade agindo unida por vários anos tem conseguido influenciar decisivamente a política Governamental. O documento de política do setor assinado pelo Presidente e por 4 ministros é talvez o documento mais nacionalista e de

envolvimento da comunidade já saído do governo, foi gerado a partir da comunidade. A Unicamp foi selecionada para elaborar o plano diretor de um polo de microeletrônica a ser instalado em Campinas.

Em relação às notícias publicadas na imprensa local, dia 6, de que eu seria presidente de um Instituto de Microeletrônica em Campinas, os fatos reais são os seguintes: A Unicamp foi recentemente contratada para elaborar, junto com a comunidade, inclusive de outras universidades, um Plano Diretor para uma entidade de desenvolvimento tecnológico de Microeletrônica.

Coordeno este trabalho junto com o prof. Mammanna da FEC. Não existe definição de pessoas para cargos. Embora tenha me disposto a colaborar temporariamente, na implantação desta entidade, caso o plano feito pela comunidade seja aceito, deixo claro que a Unicamp é o meu objetivo maior e, se escolhido para a reitoria, esta será a minha prioridade.

José Ellis Ripper Filho: tem 42 anos. Engenheiro eletrônico formado pelo ITA em 1961. Doutor em Engenharia Elétrica. Professor do Instituto de Física desde 1970. Coordenador de Pós-Graduação do I.F. de 72 a 73; Chefe do Departamento de Física Aplicada de 79 a 80 e de 80 a 81. Diretor do Instituto de Física de 75 a 78. Representante Docente no Conselho Diretor de 73 e 75.

Membro do Conselho da Sociedade Brasileira de Física. Representante da Comunidade nos Grupos de Assessoramento de Micro Eletrônica da Secretaria Especial de Informática. Membro da Comissão de Física de Semicondutores da União Internacional de Física Pura e Aplicada. Representante da Comunidade no Conselho Técnico Administrativo da CAPES.

# UNIVERSIDADE DEMOCRÁTICA

A UNICAMP vem passando, nos últimos anos, por uma fase de inquietude marasmo, que pode levá-la à decadência antes mesmo de ter atingido sua plena realização.

Neste breve artigo procuraremos indicar as principais causas desse marasmo.

## FALTA DE VERBAS

Não resta dúvida de que a atual crise da UNICAMP se deve, em grande parte, à falta de recursos financeiros para a execução de suas atividades. Muitas obras se encontram paradas (Hospital, Ginásio esportivo, prédio do Instituto de Matemática), certas obras prioritárias nem foram iniciadas (Biblioteca central, por exemplo), e muitas unidades de ensino funcionam em instalações extremamente precárias (com destaque para as faculdades de Tecnologia de Alimentos e de Medicina, os institutos de Artes e de Geociências, e o Colégio Técnico de Campinas). Falta verba até mesmo para a compra de material de ensino. Para poderem efetuar certas pesquisas ou simplesmente no afã de conseguir mais recursos, muitas unidades se lançam numa descontrolada política de convênios com organismos externos. Finalmente, a falta de verba constitui uma ameaça ao próprio ensino público e gratuito.

É fundamental lutar por maiores dotações orçamentárias para a UNICAMP. Mas, junto com essa luta, também é preciso reestudar a estrutura de despesas da Universidade, para evitar desperdícios, e estabelecer critérios precisos de prioridade para os gastos.

## BAIXOS SALÁRIOS

Um outro elemento gerador do marasmo na UNICAMP são os baixos salários dos professores

e, principalmente, dos funcionários, o que leva muitas pessoas a deixar a Universidade ou a trabalhar descontentes. A insatisfação resultante dos baixos salários é agravada pela inexistência de uma política coerente e clara de promoções.

Daí constatamos a necessidade de, externamente, lutar por melhores reajustes salariais, e, internamente, criar critérios justos de promoções e zelar por sua efetiva aplicação.

## AUSÊNCIA DE VIDA COMUNITÁRIA

O existente marasmo resulta também da ausência de vida comunitária dentro da Universidade. Este aspecto do problema é bastante amplo. Ele inclui, por exemplo:

- 1) O restaurante que, apesar de fortemente subsidiado, mesmo assim é inacessível para as camadas mais pobres dos funcionários (para não mencionar outros fatos mais específicos, como, por exemplo, a inexistência de restaurante no campus de Pitacicaba);
- 2) a falta de assistência médica e social (aí computando-se a creche), dentro da Universidade, para servidores e alunos;
- 3) a inexistência de boas bibliotecas e adequadas salas de leitura, necessárias inclusive em horário noturno;
- 4) a insuficiência de apoio material aos estudantes; por exemplo, não há sistema adequado de monitoria e bolsas de estudo para alunos carentes e, mais grave ainda, não existe moradia

## Hermano Tavares e Jorge Miglioli

para os estudantes dentro do campus - o que lhe tira toda a efervescência universitária fora dos horários de aula;

5) a carência de atividades culturais e esportivas dentro da Universidade, onde falta até mesmo auditório para conferências e local para reuniões amplas.

A criação, ou expansão, da vida comunitária dentro da UNICAMP depende de verbas (por exemplo, para construção de creche e biblioteca, a compra de livros, etc.), mas muita coisa poderia ser feita com um mínimo de recursos financeiros.

É preciso ter consciência de que o próprio bom desempenho de uma universidade como órgão de ensino e pesquisa depende também da existência de uma vida comunitária, que aproxime o pessoal das diferentes áreas e estimule o interrelacionamento de professores, funcionários e alunos, criando um verdadeiro espírito universitário.

## FALTA DE MAIOR RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Pode-se constatar também a falta de contato mais estreito da Universidade com a sociedade que a cerca. Uma universidade se relaciona de diversos modos com a sociedade, sendo por esta sustentada e a esta devendo prestar serviços.

### O ENSINO

O ensino é um desses serviços. Mas o ensino na UNICAMP é bom? Satisfaz as necessidades

da sociedade? Há um acompanhamento da vida escolar dos estudantes para se determinar se eles absorvem ou não o ensino ministrado? Independentemente das respostas dadas a estas e outras questões, o que observa é o tratamento, em geral, rotineiro dado ao ensino. Além disto, muitas vezes a universidade é encarada como uma simples formadora de mão-de-obra qualificada, e o ensino passa a ser dirigido para esta finalidade. Mas, o objetivo do ensino superior deve ser realmente este?

Outras questões podem ser levantadas. Por exemplo: qual a contribuição da UNICAMP para o desenvolvimento do próprio ensino em geral? Em particular, como pode a Universidade contribuir para resolver o intrincado problema da licenciatura, de importância fundamental para o ensino de nível médio?

Outra questão: não seria elitista o ensino na UNICAMP? Existem, pelo menos, dois indicadores desse elitismo: a ausência de cursos noturnos e o atual sistema de créditos escolares. Sobre este último ponto, cabe observar que a alternativa tradicional - ou seja, o sistema seriado de turmas - não só é mais econômica para a Universidade como também estimula, nos estudantes o espírito coletivo.

A Pesquisa: A pesquisa é outro serviço prestado pela Universidade. Uma parte considerável da pesquisa é de cunho acadêmico, e assim deve continuar a ser. É muito difícil relacionar de forma imediata a pesquisa "pura" e as necessidades da sociedade, mas isto não é motivo para se deixar de lado ou reduzir tal tipo de pesquisa, que é um atributo da própria atividade universidade. A outra parte, a chamada pesquisa "aplicada", relaciona-se imediatamente com as diferentes necessidades sociais, e é neste caso que devemos perguntar

se a pesquisa desenvolvida dentro da UNICAMP realmente atende essas necessidades.

Em nosso entender, a pesquisa "aplicada" na UNICAMP está pouco voltada para esse objetivo. Por exemplo: em vez de tentar seguir os passos da tecnologia desenvolvida nos países altamente industrializados (em relação à qual estaremos sempre atrasados), por que nossos cientistas não procuram criar uma tecnologia adequada às condições brasileiras específicas? Em vez de se envolverem em projetos sofisticados, caros e de resultados incertos, por que nossos cientistas não se voltam para a busca de solução de problemas mais prementes da população brasileira?

Outros serviços. Além do ensino e da pesquisa, a UNICAMP pode prestar outros serviços à sociedade. Atualmente esses outros serviços são tão modestos que dispensam maiores considerações.

É preciso intensificar - seja através do ensino, da pesquisa e de outros serviços - as relações da UNICAMP com a sociedade que a cerca. Quanto mais estreitas estas relações, quanto mais envolvida estiver a Universidade, melhor será seu desempenho, maior seu dinamismo.

#### DEMOCRATIZAÇÃO

Um dos maiores entraves - talvez o maior de todos hoje em dia - ao desenvolvimento da Universidade é a carência de relações democráticas. Em nosso entender, quaisquer que sejam os futuros ocupantes da direção da UNICAMP, seu maior compromisso deve ser como democratização da Universidade.

O processo de democratização exige a adoção de todo um conjunto de reformas. Deste conjunto, os pontos mais importantes, que dispensam explicações, são:

1) eleições periódicas de todos os cargos dirigentes: reitor, diretores, chefes de departamento, etc ;

2) eleições com participação ampla dos três segmentos da comunidade universitária: professores, funcionários e alunos;

3) melhor representação da comunidade universitária nos órgãos colegiados, aos quais deve caber maior poder decisório;

4) extensão dos cargos dirigentes a professores de níveis mais baixos de carreira, sem acumulação de funções executivas;

5) maior autonomia para a Universidade e, dentro dela, para os Institutos e Faculdades;

6) amplo acesso às informações sobre assuntos relevantes e restituição administrativa.

Para a consolidação de alguns destes pontos e a implantação de outros, é preciso um novo Estatuto para a UNICAMP, que seja elaborado com a participação de todos. Ressalte-se, entretanto, que mesmo com o atual Estatuto, muito pode ser conseguido no sentido de levar avante o processo de democratização.

Dentro do processo de democratização, cabe destacar a necessidade do fortalecimento das entidades representativas dos professores, servidores e estudantes (ADUNICAMP, ASSUC, DCE).

Uma entidade que conte com o apoio maciço de seus representados, que seja organizada e atuante, não só pode melhor traduzir os anseios de seus membros perante os órgãos dirigentes da Universidade, como também constitui um elemento de defesa da própria Universidade, um ponto de resistência em face de forças externas.

Hermano de Medeiros Tavares: Professor do Departamento de Engenharia Elétrica. Formado pelo ITA. Representantes dos professores das Faculdades no Conselho Diretor.

Jorge Lobo Miglioli: Economista e advogado. Professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Representante dos professores dos Institutos no Conselho Diretor.